

MANIFESTO DO FÓRUM PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PORTUGAL/BRASIL



1. Enquadramento do Fórum

O Fórum Internacional Patrimônio Arquitetônico Portugal / Brasil surge na sequência de um conjunto de iniciativas do IAB Campinas para congregar esforços para a promoção do debate da defesa e preservação do Patrimônio Campineiro. Com este objetivo, desenvolveu contatos e promoveu as condições necessárias para a realização de protocolos que envolveram instituições de Campinas - Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas), Prefeitura Municipal de Campinas, Universidade de São Paulo - e a Universidade de Aveiro (UA) de Portugal.

Em sessão prévia, no dia 29 de Outubro realizou-se uma recepção oficial na Prefeitura Municipal de Campinas pelo Prefeito Jonas Donizette e pelo Secretário da Secretaria do Desenvolvimento Económico, Social e de Turismo da Prefeitura de Campinas, Samuel Rossillo aos representantes da Universidade de Aveiro – Prof. Dr Aníbal Costa e Arq Alice Tavares. Nesta sessão foi entregue pelo Prefeito o Protocolo assinado com a UA. Foi igualmente entregue pelo Presidente do IAB Campinas ao Prefeito uma pintura aquarelada do edifício da Prefeitura.





Receção pelo Prefeito de Campinas aos representantes da Universidade de Aveiro, Prof. Dr. Aníbal Costa e Arq Alice Tavares, com reunião posterior – 29 de Outubro de 2014

Esta reunião ficou registada no site do IAB Campinas: <http://iabcampinas.org.br/iab-presenteia-portugueses-e-o-prefeito-de-campinas-com-gravura-de-arquiteto-artista-plastico-campineiro/>.

No dia 30 de Outubro realizou-se no auditório do Município de Campinas o **Fórum Internacional Patrimônio Arquitetônico Portugal / Brasil**, patrocinado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) e transmitido em direto pela TV Câmara Campinas e pela CBN.



Foto da recepção ao Fórum: Arq. Maria Rita Amoroso (IAB Campinas); Vereador André von Zuben, Arq Alice Tavares (UA, Portugal); Prof Dr Aníbal Costa (UA, Portugal); Alan Cury (IAB Campinas): <http://iabcampinas.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Fórum-Internacional-sobre-o-Patrimônio-Arquitetônico-420x300.jpg>

O Fórum decorreu em duas partes, a primeira uma mesa Redonda que contou com a presença dos convidados o Prof Aníbal Costa e Arq Alice Tavares da Universidade de Aveiro (Portugal), Secretário Samuel Rossilho (Secretaria do Desenvolvimento Económico, Social e de Turismo de Campinas), Arq. Alan Cury (Presidente do IAB Campinas), Arq. Maria Rita Amoroso (Diretora Patrimônio - IAB Campinas), Arq Afonso Monteiro (Presidente do Conselho de Arquitetura e

Urbanismo de São Paulo), Eng. André Von Zuben (Vereador do Município de Campinas), Prof Dr^a Maria José Feitosa (União Internacional dos Arquitetos e Universidade de São Paulo), Prof Dr^a Ivone Salgado (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Dr José Pedro Martins (jornalista, escritor, Movimento “Vida no Centro de Campinas”), Arq Valquíria Salles (doutoranda da PUC-Campinas) e Carlos Alexandre (Presidente do COMDEMA), tendo a moderação ficado ao encargo de Marco Massiarelli (Diretor de jornalismo da CBN Campinas).



Anúncio dos palestrantes convidados no anúncio do Fórum

Na segunda parte foram apresentadas as seguintes comunicações dos palestrantes convidados:

- *Intervenção no Patrimônio: Desafios e Oportunidades* pelo Prof. Dr Aníbal Costa
- *Estratégias integradas de reabilitação em contexto internacional* pela Arq^a Alice Tavares
- *China: Integração entre o Patrimônio e o Turismo fortalecendo a economia.* pela Prof^a Dr^a Maria José Gomes Feitosa
- *"Tecnologia digital e preservação do patrimônio edificado - as possibilidades de utilização do QR code"*. pela Arq Valquíria Salles
- *A Fazenda São Vicente –Processo de Reabilitação e Restauo* pela Arq Maria Rita Amoroso

No final de ambas as partes, foi dado espaço para participação da audiência na discussão dos temas abordados, com questões diretas aos elementos da Mesa do Fórum.



Sessão de debate/ Mesa redonda do Fórum com transmissão televisiva e jornalística (da esquerda para a direita: Marco Mazarelli, moderador; Alice Tavares, UA; Maria Rita Amoroso, IAB Campinas; Alan Cury, IAB Campinas; André von Zuben, Câmara Municipal de Campinas; Afonso Monteiro, Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo; Samuel Ribeiro Rossilho, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Económico, Social e de Turismo; Aníbal Costa, UA; Ivone Salgado, PUC-Campinas)

Ao longo do dia, especialistas e palestrantes debateram diversos temas em Mesa redonda. O **Protocolo de Cooperação Internacional** sobre a proteção do **Patrimônio Cultural** formaliza-se num momento em que estão reunidas condições para um debate amplo sobre o Patrimônio Cultural e a constituição de uma rede de suporte institucional para ações concretas a implementar na reabilitação do patrimônio natural e construído de Campinas.

Na parte final do Fórum quem desejou, participou numa reunião onde se produziu um documento de conclusões do Fórum para entregar às diferentes entidades participantes.



Foto da reunião: <http://iabcampinas.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Fórum-Internacional-sobre-o-Patrimônio-Arquitetônico-fechamento-420x300.jpg>

Tendo sido este um momento importante de debate sobre o Patrimônio pretende-se agora deixar um conjunto de conclusões pertinentes para a definição de estratégias futuras de salvaguarda e intervenção. Transpareceu desde logo o grande interesse manifestado pelas várias instituições e participantes sobre a necessidade de atuar quer ao nível do Patrimônio Arquitetônico quer ao nível do espaço urbano. Um interesse que expandido à promoção de parcerias, que permitam a implementação de boas práticas de reabilitação do edificado e espaço urbano, a sustentabilidade das ações e a internacionalização.

2. CONCLUSÕES DO FÓRUM PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

O Patrimônio Arquitetônico é um elemento fundamental da Identidade de sociedades evoluídas, que se preocupam com a manutenção do seu legado Cultural para gerações futuras, com a expressão do que as distingue num mundo cada vez mais globalizado.

O sentimento de pertencimento a um lugar é um recurso valioso para o reconhecimento dos valores culturais e patrimoniais, não se restringido a esse lugar, porque a formação de cidadania subjacente permitir-lhe-à reconhecer o valor de outros lugares e respeitá-los. Um aspeto fundamental para assegurar adequadamente a proteção, manutenção e conservação do Patrimônio, bem como qualquer valorização do espaço urbano que se venha a realizar.

Nesta sequência, no Fórum foi reconhecido que um “país sem Patrimônio é um país sem História”, o mesmo se aplicando às cidades. Vários participantes enunciaram um conjunto de situações que dificultam a valorização e proteção do Patrimônio no Brasil, sendo de destacar a menção de que não existe a tradição da preservação do Patrimônio no Brasil, que o tombamento de edifícios precisa sinalizar alguns apoios para o proprietário já que o seu

imóvel passou a ter um interesse coletivo. A dificuldade de fruição do espaço urbano nas grandes cidades, para todos os cidadãos, foi outro fator negativo apontado e a necessitar de reflexão. Por este motivo, as experiências que ocorrem noutros países, com mais anos de preservação do Patrimônio complementado com intervenções no espaço público, são importantes conhecer. Neste enquadramento as parcerias internacionais, nomeadamente com Portugal, com quem o Brasil tem laços antigos, foram consideradas por todos como muito importantes, destacando a Universidade de Aveiro presente no Fórum.

2.1 Primeira Parte do Fórum – Mesa Redonda

Na primeira parte do Fórum, concluiu-se que as intervenções incidiram sobretudo sobre quatro linhas de abordagem do Patrimônio e da Cidade, a saber:

- A.** Valorização, proteção e reabilitação do Patrimônio
- B.** Melhoria da qualidade de vida urbana
- C.** Necessidade de parcerias multidisciplinares e internacionais
- D.** Comunicação com a população.

No que concerne ao ponto **A – Valorização, proteção e reabilitação do Patrimônio** – foram abordados os casos Chinês e Português com sucesso onde o Patrimônio é uma fonte de receita do Estado, já que existe uma ação integrada sobre este, que permite não apenas a manutenção dos monumentos como a obtenção de lucro. Mas para se chegar a esse patamar é necessário preparar o edifício para uma função compatível com o seu valor histórico e cultural, para além de uma comunicação/promoção junto de operadores turísticos e culturais e uma ação de sensibilização da população local para que esta entenda esse Patrimônio como seu. Devem igualmente ser estabelecidas medidas de controle do eventual efeito de turismo de massas que pode trazer efeitos muito negativos e de desgaste, quer do Patrimônio Edificado, quer do Patrimônio Natural. Um funcionamento em rede e a criação de Rotas são mecanismos que favorecem a sustentabilidade cultural e econômica do Patrimônio, já que permite uma gestão de recursos humanos e materiais mais eficaz, diminuindo custos de promoção, quebrando isolamentos que implicam sempre maiores custos e permitindo gerir os efeitos de turismo de massas. Como eventualmente poderá vir a acontecer após a construção do novo aeroporto de Campinas, se for dada igualmente atenção à promoção do Patrimônio.

A pressão urbanística sobre os edifícios tombados é um dos problemas que deve ser urgentemente tratado, verificando que medidas legislativas e de incentivo podem ser dadas para que não se perca esse Patrimônio. A agilidade dos procedimentos e um apoio técnico mais próximo do proprietário são outros fatores a ter em conta.

A uma outra escala foram colocadas questões pertinentes sobre o apoio que pode ser dado a arrendatários que queiram assumir a conservação de edifícios antigos. Equaciona-se a possibilidade destes usufruírem de alguns dos incentivos que outros proprietários de bens Patrimoniais. A libertação de ruído urbano em frente do edifício antigo que se pretende promover e proteger, quer sejam contentores, stands de informais, caixotes do lixo, etc, poderia ser uma primeira fase de incentivo a todos os proprietários ou arrendatários.

Sobre questões concretas foram elencadas as medidas a adotar especificamente em relação à Catedral, considerada um ex-libris da cidade e que se encontra com alguns problemas estruturais que foram associados ao trânsito pesado na sua envolvente, nomeadamente de ônibus e de um veículo de segurança de um banco. Esta situação provoca um tipo de vibrações que normalmente afeta as estruturas rígidas como são as paredes de taipa da catedral. Por este motivo, foi proposto o desvio deste trânsito pesado e numa fase intermédia, fosse imposta a redução de velocidade desses veículos nessa área, para diminuir o impacto negativo e o rápido agravamento da situação.

Foi ainda referido pela Prefeitura que esta pretende colocar em andamento o processo de iluminação de monumentos, como meio de os valorizar no espaço urbano. No entanto, o restante tratamento da envolvente a estes monumentos também deveria ser alvo de abordagem, sendo imprescindível quando se pretende promovê-los.

Numa intervenção que partiu da plateia, uma arquiteta e professora chamou à atenção para um Patrimônio que se está a perder que são os mosaicos Portugueses. De grande beleza e variedade, que segundo esta investigadora abrangem quase todas as fases, desde a Art Nouveau ao Movimento Moderno. A oferta que fez ao IAB Campinas de um exemplar de um edição do livro de que é autora foi apreciado, dentro do contributo que todos os cidadãos podem dar na defesa do Patrimônio da sua cidade. Será decerto um trabalho a ter em conta quando se estabelecer a estratégia de intervenção no espaço urbano, já que é mais um recurso e ponto de interesse cultural e turístico.

No que diz respeito ao ponto **B - Melhoria da qualidade de vida urbana** – foi reconhecida a urgência numa atuação que permita a requalificação do centro. Ou seja, “recuperar a cidade

para a cidadania” como foi dito. Foram referidas algumas medidas que a Prefeitura pretende implementar nomeadamente para alcançar o objetivo de que o centro seja também um local para viver, ou seja, com habitação e deixe de ser apenas para trabalhar. Foi ainda mencionada a intenção de aplicação de incentivos fiscais a empresas que se queiram vir a sediar no Centro de Campinas. Pretende-se com esta medida que sejam as empresas a fazer a recuperação de alguns imóveis e a trazerem atratividade para o Centro. No entanto, experiências noutros países, incluindo Portugal, permitem concluir que um Centro urbano que se pretenda com vida social, segura, tem de garantir um equilíbrio entre tecido empresarial e habitação no Centro. Já que o que aconteceu no passado em alguns países foi a desertificação de habitação do Centro com o conseqüente aumento de insegurança nas ruas principalmente no período noturno, com acréscimo de danos nos edifícios, que rapidamente voltou a afastar as empresas. O mesmo não aconteceu em zonas onde se conseguiu o equilíbrio entre atividades comerciais e de serviços e a habitação. Equaciona-se se os incentivos fiscais não deveriam abranger também os proprietários de edifícios antigos que os pretendam preservar, já que estes são importantes para contar a história da evolução da cidade. A Prefeitura anunciou ainda a intenção de apropriação a custo zero de imóveis abandonados no Centro de Campinas, presume-se que com proprietários desconhecidos. Foi também referida a importância de manter alguns serviços no centro da cidade, como extensões universitárias já que proporcionam a vivência ativa da cidade com gente nova que precisa de habitar na proximidade, incentivando o mercado do arrendamento e dando uma nova vida à cidade.

O aumento de áreas para pedestres e a regularização de todas as ocupações que são feitas de forma indiscriminada no espaço urbano é outra preocupação que foi elencada, referindo-se como exemplo o Projeto que o IAB Campinas ofereceu à Prefeitura, da autoria da Arq. Maria Rita Amoroso, para a Avenida Francisco Glicério. O privilegiar o cidadão em algumas zonas em detrimento do automóvel e a promoção de transporte coletivo de qualidade são fatores importantes para melhorar a qualidade de vida do Centro da cidade e diminuir efeitos de poluição no mesmo. Uma intervenção no espaço urbano que deverá ter ainda em conta o impacto negativo que está a ter a ação dos “pixadores” que danificam os edifícios e destroem a imagem da cidade. Sobre este ponto foi mencionado por um dos participantes uma experiência numa cidade brasileira onde se promoveu formação para pixadores se transformarem em grafiteiros e se estabeleceram áreas para a sua ação, tendo afirmado que a situação passou a estar controlada e o ambiente urbano melhorou.

A Prefeitura referiu –se a ampliação do aeroporto para Campinas com um Planeamento para 30 anos, já que se pretende desenvolver o turismo de negócios onde Campinas já ocupa o 9º

lugar a nível nacional. Decerto, esta nova infraestrutura irá trazer maior desenvolvimento à cidade de Campinas, mas é necessário começar-se desde já a trabalhar nos aspetos negativos que a cidade apresenta e que se podem agravar com a maior pressão que normalmente ocorre após a instalação de aeroportos ou Centros de Conferências de grandes dimensões. Nomeadamente ao nível da necessidade de Planos Urbanísticos que consigam controlar a especulação imobiliária e promover a mobilidade urbana. Aspetos fundamentais para a governabilidade da cidade no futuro.

Em relação ao ponto **C - Necessidade de parcerias multidisciplinares e internacionais** – a realização deste Fórum promovido pelo IAB Campinas, que congrega o interesse de várias instituições, vários experts e público em geral já revela o valor que se dá à necessidade de parcerias alargadas para se atingirem objetivos duradouros na área da Proteção, valorização e conservação do Patrimônio. O convite formulado a representantes da Universidade de Aveiro de Portugal (Prof. Dr Aníbal Costa e Arq. Alice Tavares) foi muito valorizado, enquadrado ainda no “salutar intercâmbio entre universidades” que permitirá apoiar a formação de quadros técnicos que possam apoiar a reabilitação do Patrimônio, mas também compreender a forma como outros países resolvem os problemas associados à Proteção e Preservação do Patrimônio. Uma parceria internacional que interessa associar às demais instituições que o IAB Campinas conseguiu trazer para o debate, no sentido de se estabelecer uma rede integrada de suporte à promoção cultural do Patrimônio e à sua salvaguarda. Como foi bem dito, só um funcionamento em rede, neste caso com cooperação internacional, permite agregar vários pontos de vista que enriquecerão o debate na procura de soluções inteligentes, uma união que permitirá alcançar níveis mais elevados de estratégia de intervenção e uma ação concreta e concertada no terreno. Foi igualmente abordada a mais valia que se pode tirar associando as universidades, nomeadamente os estudantes, à promoção de ações de sensibilização da população, através da produção de recursos e atividades de divulgação, numa educação para o Patrimônio, que deverá abranger todos os níveis de ensino, começando nas faixas etárias mais baixas (5 anos, como exemplo).

Foram deixadas propostas de intervenção concretas que produzirão impactos positivos imediatos com a sua aplicação, a título de exemplo:

- enterramento de todas as redes de infraestruturas, deixando de existir os cabos aéreos que degradam a imagem da cidade e cujo ruído visual dificulta a contemplação dos edifícios e a promoção turística;

- o tratamento da envolvente dos monumentos, nomeadamente ao nível do espaço urbano e da qualificação do seu comércio em torno;
- recuperação do Centro de Convivência, por ser um polo atrativo para a socialização urbana no Centro;
- requalificação da Avenida Francisco Glicério por ser o Centro da cidade cuja intervenção poderia servir de modelo a intervenções para o resto da cidade, com características idênticas.

Obviamente estas propostas deviam estar inseridas numa estratégia mais abrangente que associasse o tratamento de questões sociais, controlo do crescimento urbano de forma equilibrada com a oferta de infraestruturas e mobilidade, sem que com isto se comprometesse o Patrimônio que ainda resiste em Campinas. Uma atenção devia igualmente ser dada aos edifícios do século XIX e início de XX que contam uma parte importante da História de Campinas, mesmo que não estejam atualmente tombados.

Finalmente em relação ao ponto D - **Comunicação com a população** – A comunicação com a população é um tema sensível, mas igualmente muito importante, pois dele depende muito do sucesso das estratégias que se pretendam implementar de forma duradoura e que potencie novas oportunidades de usufruto do espaço urbano e de investimento. Foi reconhecido que é um dos tópicos a ser trabalhado e a envolver a observação de casos internacionais de sucesso. Não se podendo aplicar, sem espírito crítico, as medidas que se observam noutros lugares sem avaliar as características da população residente e a que trabalha na região, bem como o que se pretende desse espaço no futuro, decerto existem experiências nacionais e internacionais cuja base estratégica pode ser adaptada à realidade de Campinas. Pelas observações apresentadas pelos participantes existirá a necessidade de se regularizar mais o nível de participação da população, como ato de cidadania, tendo que a este nível existir um trabalho simultâneo de sensibilização para as regras de participação responsável e não egoísta ou radicalizada. Foi afirmado que no Brasil a participação pública já se encontra prevista no Estatuto das Cidades e que os órgãos responsáveis pelo Patrimônio não se devem fechar para não dificultar a participação pública.

Foi abordado o caso Português onde os diferentes tipos de Planos Urbanísticos (Planos Diretores Municipais, Planos de Pormenor, etc), loteamentos e outros possuem sempre um período de debate público, onde qualquer cidadão pode expressar a sua opinião sobre a proposta apresentada. O cidadão pode ainda participar nas sessões plenárias das Assembleias Municipais que se realizam periodicamente, em momentos definidos para o efeito e

apresentar as suas questões a debater pelas forças políticas da cidade. Uma outra forma que tem sido levada a cabo nas intervenções de reabilitação de monumentos emblemáticos em Portugal e com muito sucesso, são os dias de “obra aberta” em que a população mensalmente tem um dia em que pode visitar e acompanhar o decorrer da obra. Esta é uma ação de sensibilização da população, que permite que esta associe o monumento ao seu sentido de pertença do lugar, de que se orgulhe, que compreenda as razões do investimento que está a ser feito, a sua justificação e por isso favoreça no futuro o respeito pelo Patrimônio e não desenvolva nenhuma ação danosa contra o mesmo. Os momentos de comunicação com a população são importantes para compreender as suas aspirações, promover ações de Educação para o Patrimônio e Cidadania e também para que esta compreenda a complexidade e multidisciplinaridade das ações, que exigem que no final a decisão da proposta a implementar seja predominantemente técnica.

2.2. Segunda Parte do Fórum – Comunicações dos palestrantes convidados

A segunda parte do Fórum foi constituída por um conjunto de comunicações dos palestrantes: Prof Dr. Aníbal Costa (UA, Portugal), *Intervenção no Patrimônio: Desafios e Oportunidades*; Arq. Alice Tavares (UA, Portugal), *Estratégias integradas de reabilitação em contexto internacional*; Prof Drª Maria José Feitosa (UIA e USP), China: *Integração entre o Patrimônio e o Turismo fortalecendo a economia*, Arq. Maria Rita Amoroso (IAB Campinas), - *A Fazenda São Vicente – Processo de Reabilitação e Restauro*, e Valquíria Salles (PUCCAMP), *"Tecnologia digital e preservação do patrimônio edificado - as possibilidades de utilização do QR code"* pela Arq Valquíria Salles.

Uma vez que os tópicos de maior interesse na primeira parte do Fórum foram: **A.** Valorização, proteção e reabilitação do Patrimônio; **B.** Melhoria da qualidade de vida urbana; **C.** Necessidade de parcerias multidisciplinares e internacionais; **D.** Comunicação com a população; irão adotar-se estes mesmos tópicos na distribuição das conclusões, que se podem retirar das comunicações, da segunda parte do Fórum, independentemente do seu autor.

As conclusões que aqui se apresentam são por este motivo parcelares em relação ao que foi apresentado, não sendo por isso exaustivas, nem refletindo todos os assuntos que foram abordados. Optou-se por retirar o que se considerou possa vir mais ao encontro das preocupações de Campinas e refletir sobre estratégias futuras para formatar as dificuldades existentes.

Descrevem-se em seguida as conclusões:

A. Valorização, proteção e reabilitação do Patrimônio

O Patrimônio deve ser entendido como um legado valioso que transmite às gerações presentes e futuras a evolução de uma sociedade que por várias circunstâncias é única e pertence a um determinado lugar. É esta riqueza cultural, que devemos proteger e de que nos devemos orgulhar e respeitar. As comunicações enfatizaram que ao nível da **Valorização do Patrimônio** se observam algumas estratégias que juntamente com as já mencionadas em capítulo anterior se tornam igualmente um recurso financeiro importante, principalmente em tempos de crise, porque não se esgota e se preservado terá sempre forma de ser atrativo. O que move qualquer cidadão a querer conhecer um outro país é o que lhe reconhece de singular, a experiência diferente que perspectiva viver. Para isso é necessário que o Patrimônio edificado ou natural, a sua envolvência permita uma leitura agradável e correta do mesmo e que a informação que seja facultada, conte a história do mesmo e a sua integração, de forma precisa e clara. Ou seja, tem de lhe ser reconhecido Valor, tanto quanto possível que não abranja apenas especialistas. Uma das formas encontradas de valorizar o Patrimônio e lhe dar capacidade de se auto sustentar em termos da sua manutenção, comunicação e melhoria progressiva das suas capacidades de recepção e imagem é feita através da criação de Rotas temáticas. Estas podem ser definidas por época, por corrente de arquitetura, por tipologia construtiva, entre outras, considerando ainda que devem apresentar propostas de visitas que cubram várias faixas etárias, vários tipos de grupos, desde os empresariais aos familiares, aos desportivos entre outros. A variedade de ações/ofertas culturais ao longo do ano favorecem a recriação do ponto de vista criado no utilizador, na sua primeira visita, e levará a que este tenha motivos para retornar. O mesmo acontece com atividades específicas regularmente calendarizadas, por exemplo uma vez por mês, dirigidas a um público específico e que permite que este se fidelize a visitar o local, especificamente para essa iniciativa e acabe por tornar regular as suas visitas. Uma cuidada programação cultural ou comunicação cultural dos bens patrimoniais serão assim, uma garantia importante na salvaguarda desse Patrimônio profundamente identitário, plural, multifacetado, a memória viva de um povo. A avaliação correta do balanço entre receita e custos e uma previsão consistente aproximada em plano futuro permitirá planejar atividades ou ajustar estratégias para que o Patrimônio seja auto-sustentável. O funcionamento em rede através de uma Rota, permite ainda diluir o impacto que em determinados momentos as perdas de receita podem apresentar em relação a um monumento específico ou área natural, por exemplo quando este se encontra em reabilitação ou foi danificado por riscos naturais, já que a rentabilidade é do conjunto dos monumentos e não depende apenas de uma unidade isolada.

A Valorização do Patrimônio passa também pelo reconhecimento público do papel que prestam muitos dos proprietários desses edifícios ou lugares ao mantê-los. Um valor cultural comunitário que deve pressupor que o desenvolvimento de estratégias urbanas ou outras tenha ainda como reflexo um retorno, quer para os proprietários ou comunidades que sustentam esse Patrimônio, com medidas que podem ser de natureza fiscal diminuindo fortemente o seu impacto, ou outro tipo de apoios ou de valorização da qualidade urbana envolvente ao Patrimônio em raio expandido.

Para a **Proteção do Patrimônio** é crucial entender e tomar medidas para que essa necessidade seja desejada por todos. A ação de cada proprietário é fundamental para a proteção, pelo que a Educação para a Cidadania e a Educação para o Patrimônio tem aqui um papel fundamental, para que não se produzam danos no Patrimônio de forma deliberada e assim se afete uma comunidade inteira. Também é preciso entender o total efeito de um bem tombado, principalmente se a sociedade onde está inserido não valoriza o seu próprio Patrimônio. A proteção é normalmente associada ao estabelecimento de um entrave contra a especulação imobiliária ou de construção de infraestruturas ou expansão urbana (sem sentido crítico), estas são as causas principais em muitos lugares pelo desaparecimento do Patrimônio. Como se pode então proteger o Patrimônio? Foram apontadas algumas medidas que favorecem a proteção do Patrimônio. Para além das questões apontadas na primeira parte do Fórum, deve-se enfatizar que o estabelecimento de um plano de Proteção com definição de estratégias de curto, médio e longo prazo, que sejam cumpridas e apoiadas em orientações completas, com base em Cartas patrimoniais da UNESCO, ICOMOS, são um bom ponto de partida. O entendimento de que a proteção do Patrimônio deve estar acima da vontade de sobrepôr a implantação de novas áreas urbanas onde este se localiza, passa pela compreensão de que: as áreas não construídas existem ainda com abundância, mas as áreas de Patrimônio são recursos que uma vez destruídos não se recuperam mais para essas comunidades ou países. Assim, devem ser estudados com muito cuidado e de forma antecipada os efeitos decorrentes da pressão imobiliária, construção de aeroportos, auto-estradas, viadutos, centros comerciais, no Patrimônio. Já que estes exigem um acréscimo de meios de mobilidade e equipamentos complementares, que se forem construídos sensivelmente perto de áreas Patrimoniais, irão trazer problemas a muito curto prazo. O controle do turismo de massas é fundamental, em alguns casos, mediante o conhecimento aprofundado da capacidade de acolhimento de cada monumento é possível aferir o número de visitantes aconselhável, impondo-se restrições.

Uma das medidas enunciadas de proteção de monumentos é a definição de um raio de proteção em volta do edifício onde não é permitida qualquer alteração nos edifícios em torno,

topografia ou infraestruturas urbanas sem aprovação prévia do organismo responsável pelo Patrimônio. Em Portugal este raio é de 50,0 metros. No entanto, mesmo este raio em alguns locais é insuficiente, não só pela topografia do terreno, como pela construção de edifícios altos imediatamente a seguir ao raio de proteção e que têm um impacto muito negativo na leitura do monumento. Esta é uma situação que se observa em vários locais e em vários países e que atualmente a UNESCO propõe como solução um controle prévio através de planeamento complementado com programas 3Ds dos locais que antecipem e avaliem a ocorrência destes impactos e permitam um controlo dos pontos de vista de contemplação do monumento ou local. Noutros casos internacionais existe ainda um segundo anel de proteção, cujas intervenções são controladas e obedecem a regulamentação própria, nomeadamente impedindo contrastes excessivos.

Noutros casos a Proteção passa pela elaboração de um plano expandido da zona, perfeitamente delimitado, cujo regulamento impõe restrições como diminuição de índice de construção do existente no caso de não preservação do edifício, para além de definir todos os materiais, cores e técnicas construtivas aceites para aplicação. Identifica ainda os elementos construtivos a preservar, define critérios volumétricos e de sinalização ou caracterização de áreas comerciais. Ou seja, pretende que seja respeitado um equilíbrio de imagem, tanto quanto possível próximo, preservando a autenticidade do local e evitando grandes contrastes, cuja leitura se irá sobrepor ao mais importante – o Patrimônio a preservar.

Na maior parte dos casos já não é possível preservar as antigas tradições, porque simplesmente estas se perderam. Quando não é o caso, e ainda se registam traços culturais materiais ou imateriais é necessário um trabalho de investigação e de estratégia de salvaguarda para que estes se mantenham e possam ser comunicados. Um recurso cultural que pode ser utilizado envolvendo a população do lugar, que por vezes desconhece o valor que tal pode representar para si e para os outros. No entanto, devem igualmente ser equacionadas estratégias que confirmam algum nível de retorno a esses mesmos habitantes.

As medidas de Proteção devem igualmente ter ponderados os eventuais efeitos negativos do turismo, de forma a que ambos os interesses não entrem em conflito e um não se torne predador do outro. Esta salvaguarda deve ser tida em conta, quer para o Patrimônio Arquitetónico quer para o Natural.

A Proteção do Patrimônio deve basear-se num apoio da investigação, para aprofundamento contínuo do conhecimento, mas também um apoio e medidas proativas para a manutenção de técnicas construtivas antigas, formas de produção dos materiais compatíveis necessários,

controle de floresta para obtenção de madeira necessária e adequada para a reabilitação. As universidades têm um papel importante neste apoio, bem como nas propostas de medidas proativas de prevenção do abandono e prevenção da degradação, que são normalmente da responsabilidade dos Municípios e de outras entidades locais ou nacionais.

São frequentemente mencionados alguns problemas associados ao tombamento de edifícios, que por não terem outras estratégias associadas, tomam por vezes efeitos perniciosos que interessa estudar e encarar, para que se estabeleçam medidas assertivas e profícuas.

A **Conservação e reabilitação do Patrimônio** é uma ação necessária para manter esse legado em estado adequado de fruição e dessa forma, ao ser-lhe atribuída uma função compatível e uma forma de ser positivamente promovido permitir-lhe-á garantir os meios necessários à sua manutenção. A Manutenção é uma ação fundamental, que deve estar previamente prevista e de forma completa, com uma calendarização de ações e com a respetiva previsão de orçamento. Pode passar por ações simples de limpeza das calhas dos telhados, substituição de telhas, até ao tratamento anti-xilófagos das madeiras, entre outras ações. Assim sendo, para cada monumento ou edifício a preservar deveria existir um Manual de manutenção que apoiasse os proprietários ou arrendatários na sua implementação.

Quando a ação necessária envolve conservação ou reabilitação entramos num patamar de intervenção onde apenas especialistas (técnicos e empresas) deveriam atuar. Para além disso, as equipas intervenientes no processo, deverão ser multidisciplinares, para que as decisões partilhadas consigam assegurar a melhor solução, a compatibilidade material, técnica e funcional, a durabilidade das soluções previstas e a sustentabilidade das opções.

Previamente a qualquer ação de conservação ou reabilitação deve existir um estudo exaustivo do existente, através de relatórios de inspeção que contenham todos os dados históricos desse Patrimônio, a sua caracterização geométrica, a identificação e caracterização cuidada (química, física e mecânica) de todos os seus materiais, componentes construtivos, com recolha de dados *in situ*, com complemento de ensaios laboratoriais. Existe uma gama muito grande de instrumentos que permitem apoiar uma caracterização exaustiva, mas também apoiar a definição de estados de conservação. A identificação das razões subjacentes ao dano observado, quer seja estrutural quer seja não estrutural devem ser devidamente caracterizadas, porque a ação de conservação ou reabilitação deve em primeiro lugar debelar a causa e não se ficar apenas pela correção do efeito.

A composição dos relatórios de inspeção, a informação desenhada e escrita que devem conter deve estar claramente descrita em regulamentos municipais de implementação obrigatória no caso de elementos Patrimoniais. Nesses mesmos regulamentos devem estar expressos os princípios de intervenção, que devem tanto quanto possível reger-se por orientações internacionais de organizações de referência como a UNESCO, o ICOMOS, por exemplo. Destes princípios de intervenção depende a preservação de bons níveis de autenticidade, os únicos fatores a ter capacidade de se manterem ao longo de décadas. Os princípios que se considera devem ser privilegiados para as intervenções são:

- ser reversível, ou seja, num futuro em que a tecnologia ou os critérios de atuação estejam mais avançados será possível remover sem dano a solução de correção implementada e aplicada uma outra;

- ser pouco intrusiva, significa que se tira o máximo partido dos materiais e elementos construtivos existentes em detrimento de substituições de peças ou introdução de novos materiais. Sendo que o que se adiciona de novo não perturba a imagem do conjunto, nem se sobrepõe a esta. A intrusividade por vezes não é possível evitar completamente em situações de áreas sujeitas por exemplo a sismos onde a segurança estrutural deve ser equacionada.

- ser compatível, ou seja, a caracterização e avaliação do existente deve estar suficientemente aprofundada para que se garanta a compatibilidade entre os materiais existentes e os novos aplicados, não apenas quimicamente ou de ação mecânica, mas também em termos de envelhecimento. O mesmo se pode dizer em relação à compatibilidade entre técnicas. Pois muitas vezes a utilização generalizada do concreto armado na reabilitação ou do cimento em estruturas de terra provocaram danos a médio prazo, revelando problemas de compatibilidade e durabilidade. A compatibilidade funcional dos edifícios a reabilitar deveria ser avaliada antecipadamente, para que não ocorresse a instalação de funções que necessitarão de grandes transformações do edifício, transformando-o apenas na casca, o “fachadismo” que há pelo menos duas décadas é criticado internacionalmente. O mesmo se pode dizer em relação a demolições de edifícios antigos e construção de reproduções dos mesmos, ou seja, se a perda de Patrimônio é total, porque razão mascarar a situação com mimetismos? A função deve-se adaptar ao existente e não o existente à nova função. Por este motivo, se deve sempre equacionar a manutenção da função original e no caso da impossibilidade de adoção desta, aferir uma lista de possíveis funções compatíveis. As intervenções devem estar sujeitas a critérios de coerência, equilíbrio de funções e manutenção de valores de autenticidade.

A aposta na requalificação do espaço público traz sempre grandes benefícios, no entanto, devem ser estabelecidas medidas posteriores de acompanhamento da evolução da apropriação e utilização desse espaço público, não esquecendo que previamente à intervenção devem ser implementadas medidas de sensibilização e comunicação com a população que irá usufruir desse investimento. Devem igualmente ser elaborados desde o início os procedimentos de manutenção desses espaços, bem como a captação de recursos financeiros para esse fim.

O conhecimento aprofundado do bem Patrimonial, nas suas diferentes vertentes é assim fundamental, dado que cada bem Patrimonial tem a sua singularidade e apresenta uma evolução específica. Assim, as soluções a adotar não se podem globalizar e em muitos casos os materiais atuais não são compatíveis com os antigos pelo que se deve promover a implementação de estruturas de produção que permitam a manutenção de técnicas antigas, como sugere em vários casos a UNESCO. Daí também a necessidade de se melhorar a especialização de técnicos e de empresas de reabilitação e conservação. Esta especialização pode ser apoiada por Universidades que funcionando em rede entre si e com as diferentes entidades responsáveis quer pelo Patrimônio quer pelo espaço urbano, possam oferecer cursos de formação ou especialização, programas de monitorização de monumentos, relatórios completos de inspeção, ou de avaliação periódica de estados de conservação, adequados à realidade e necessidades existentes. Para além do dever de transmissão de boas práticas e de divulgação adequada dos resultados da investigação, para que esta tenha um reflexo positivo na prática. Reconhecendo que a atualização da informação para os técnicos que estão na Conservação e Reabilitação deverá ser entendido como um processo contínuo ao longo da vida.

As soluções a adotar em relação à ação do Patrimônio não se podem generalizar, mesmo que as linhas estratégicas com situações similares sejam idênticas. Deve-se ter sempre presente que cada elemento do Patrimônio apresenta especificidades quer matérias quer técnicas que necessitam de uma abordagem fundamentada, com grande preocupação no detalhamento das soluções. Dada a complexidade que por vezes apresentam as intervenções, erros de reabilitação devem ser prevenidos e por este motivo o detalhamento deve tanto quanto possível nessas situações caracterizar as diferentes fases porque passa o processo de reabilitação de determinados setores, devendo ser complementado com desenhos claros. O uso de modelos numéricos pode ser um recurso complementar importante, principalmente se cruzado com ensaios in situ, que permitam complementar a avaliação estrutural e projetar uma solução/decisão com maior segurança.

A conservação do Patrimônio Natural deve igualmente passar por um conhecimento aprofundado, estruturação e calendarização de medidas de manutenção e uma intervenção de conservação ou reabilitação concebida e executada por especialistas.

B. Melhoria da qualidade de vida urbana

A qualidade de vida urbana no caso de Campinas passará muito por quatro grandes vetores que não se conseguirão dissociar:

- Investimento na Educação para a Cidadania e na Educação para o Patrimônio, desde tenra idade (exemplo desde os 5 anos). Dada a variedade de recursos a elaborar para este objetivo conjunto de sociedade, sugere-se que as universidades apoiem estruturas de ensino básico e secundário e que os municípios desenvolvam complementarmente ações no âmbito do desporto e da formação de pichadores e grafiteiros, estabelecendo para estes motivos para alterarem as atitudes com impacto negativo no edificado urbano.

- Investimento social – antes de qualquer intervenção urbana deve ser feito um estudo ou completar-se o conhecimento sobre as características da população que vive e trabalha na zona que irá ser alvo de intervenção. Só assim se podem fazer projetos que antecipem problemas e respondam de forma adequada ao desafio de intervir, principalmente em zonas degradadas. Esse investimento social deveria permitir um maior equilíbrio social, só assim se conseguirá melhorar os níveis de segurança no espaço urbano e ter um Centro de Cidade para todos e de todos.

- Estabelecimento de Planos Municipais de Urbanização com medidas adequadas de mobilidade, promovendo-se o transporte coletivo de qualidade (equacionando-se a integração de metro de superfície, por exemplo), rentabilização de infraestruturas existentes, controle da expansão urbana de forma a garantir que os efeitos negativos de dificuldades de mobilidade ou de segurança cresçam não para essas novas áreas. Por outro lado devem ainda ser realizados Planos de Pormenor que contemplem áreas sensíveis junto a monumentos ou áreas de nova expansão. O cumprimento rigoroso destes Planos e a avaliação completa dos seus efeitos, incluindo a participação pública nesta ponderação, por exemplo de 4 em 4 anos deve ser encarada como um meio de promoção da qualidade do espaço urbano e das expectativas que os cidadãos têm em relação a esta questão.

- Intervenção de regualificação do espaço público, como um motor de desenvolvimento, investimento, mas também de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Esta ação deve contemplar medidas que diminuam os efeitos negativos de quebras de leitura da evolução

histórica do espaço urbano, um dos motivos para a desagregação da imagem urbana, que com descontinuidades acabam por fazer transparecer a ideia de espaço sem ordem nem lei. Um investimento nos edifícios tombados e nas áreas circundantes destes, também deve estar contemplada nas estratégias de requalificação do espaço urbano. Este tipo de intervenção deverá trabalhar todos os elementos do espaço urbano incluindo a definição de regras para a publicidade e identificação dos espaços comerciais, zonas amovíveis de comércio de rua que não devem bloquear a visão de edifícios antigos ou tombados, orientações para a definição de funções tendo em atenção a existência de um equilíbrio entre área residencial, comercial e de serviços, evitando que as áreas comerciais ou de serviços se sobreponham às residenciais. Este é um dos problemas já observado, não só porque produzem alterações maciças no edificado antigo ou por implicar a sua demolição e perda de Patrimônio como também aumenta o nível de insegurança decorrente dos horários de funcionamento que não abrangem 24 horas. Uma segurança entre portas é diferente de uma segurança urbana.

C. Necessidade de parcerias multidisciplinares e internacionais

As parcerias internacionais e multidisciplinares foram apresentadas por todos os intervenientes como uma forma de cooperação que permite potenciar recursos técnicos e humanos, que pode trazer grandes benefícios para a preservação do Patrimônio, mas também para o estabelecimento de estratégias de requalificação urbana com apoio complementar de intervenção no terreno. O apoio de redes de investigação deverá ser sempre encarado como uma mais valia de suporte, que permite obter resultados mais consistentes de longo prazo e inovadores. Foram apresentados vários exemplos internacionais de como a investigação (as universidades) prestam apoio, os objetivos que se pretendem atingir e alguns resultados. Este apoio pode incluir a formação técnica e especializada, a produção de recursos (nomeadamente Manuais de manutenção ou de Reabilitação dirigido a realidades específicas), comunicação de boas práticas, sensibilização da comunidade para o Patrimônio, comunicação científica com aplicação prática. Dadas as redes internacionais a que as instituições universitárias estão normalmente ligadas, permite ainda ir buscar recursos especializados se necessário para as intervenções ou definição de estratégias.

D. Comunicação com a população

A comunicação com a população pode apresentar variadas formas consoante os objetivos que se pretendam atingir. As ações devem envolver a população, tendo no entanto em atenção a forma mais adequada para o fazer, segundo as características das mesmas. Se forem bem orientadas a comunicação com as populações permite contrariar os efeitos de “erosão

cultural” e melhorar o sentido de pertença ao lugar. Foram apontadas algumas estratégias na primeira Parte do Fórum, sendo ainda de enfatizar que o envolvimento de Associações locais, de ONGs pode ser também uma contribuição positiva para se atingirem os objetivos de envolvimento e compromisso responsável. O desenvolvimento de ações de participação cívica são salutares, no entanto, deve-se ter presente que a intervenção em espaço urbano ou no Patrimônio é uma decisão que deve ser predominantemente técnica. Foram apontados vários casos de comunicação com a população quer em termos do estabelecimento de momentos de intervenção pública em Assembleias Municipais (caso Português) quer através da apresentação de opinião em fases prévias de implementação de Planos ou de revisão dos mesmos. O estabelecimento de regras dessa participação e a abertura para que esta se realize é um aspeto importante a ponderar.

3. CONCLUSÕES FINAIS

No dia 30 de Outubro realizou-se no auditório do Município de Campinas o **Fórum Internacional Patrimônio Arquitetônico Portugal / Brasil**, patrocinado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) e transmitido em direto pela TV Câmara Campinas e pela CBN.

O Fórum Internacional Patrimônio Arquitetônico Portugal / Brasil surge na sequência de um conjunto de iniciativas do IAB Campinas para congregar esforços para a promoção do debate da defesa e preservação do Patrimônio Campineiro. Com este objetivo desenvolveu contactos e promoveu as condições necessárias para a realização de protocolos que envolveram instituições de Campinas - Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas), Prefeitura Municipal de Campinas, Universidade de São Paulo - e a Universidade de Aveiro (UA) de Portugal.

O Patrimônio Arquitetônico é um elemento fundamental da Identidade de sociedades evoluídas, que se preocupam com a manutenção do seu legado Cultural para gerações futuras, com a expressão do que as distingue num mundo cada vez mais globalizado.

O sentimento de pertencimento a um lugar é um recurso valioso para o reconhecimento dos valores culturais e patrimoniais, não se restringido a esse lugar, porque a formação de cidadania subjacente permitir-lhe-á reconhecer o valor de outros lugares e respeitá-los. Este é um aspeto fundamental para assegurar adequadamente a proteção, manutenção e

conservação do Patrimônio, bem como a valorização de um espaço urbano para ser vivido por todos.

A falta de tradição da preservação do Patrimônio no Brasil e o tema do tombamento de edifícios que precisa refletir alguns apoios para o proprietário já que o seu imóvel passou a ter um interesse coletivo, foram aspectos abordados. A dificuldade de fruição do espaço urbano nas grandes cidades, para todos os cidadãos, foi outro fator negativo apontado e necessitando de reflexão. Por este motivo, as experiências que ocorrem noutros países, com mais anos de preservação do Patrimônio complementado com intervenções no espaço público, são importantes conhecer. Neste enquadramento as parcerias internacionais, nomeadamente com Portugal, com quem o Brasil tem laços antigos, foram consideradas por todos como muito importantes, destacando a Universidade de Aveiro presente no Fórum.

Na primeira parte do Fórum, conclui-se que as intervenções incidiram sobretudo sobre quatro linhas de abordagem do Patrimônio e da Cidade, a saber:

- A. Valorização, proteção e reabilitação do Patrimônio
- B. Melhoria da qualidade de vida urbana
- C. Necessidade de parcerias multidisciplinares e internacionais
- D. Comunicação com a população.

A segunda parte do Fórum foi constituída por um conjunto de comunicações dos palestrantes: Prof Dr. Aníbal Costa (UA, Portugal), Intervenção no Patrimônio: Desafios e Oportunidades; Arq. Alice Tavares (UA, Portugal), Estratégias integradas de reabilitação em contexto internacional; - China: Integração entre o Patrimônio e o Turismo fortalecendo a economia. pela Profª Drª Maria José Feitosa - "*Tecnologia digital e preservação do património edificado - as possibilidades de utilização do QR code*". pela Arq Valquíria Salles- A Fazenda São Vicente – Processo de Reabilitação e Restauro pela Arq Maria Rita Amoroso

As conclusões deste Fórum foram as seguintes:

- A **Valorização, proteção e reabilitação do Patrimônio** dependem de uma estratégia integrada que envolva várias entidades regionais, nacionais e internacionais com um funcionamento em rede, obedecendo a um Plano prévio de competências e tarefas de forma clara, calendarizada e orçamentada. Para a sustentabilidade do Patrimônio é fundamental uma aposta forte desde a infância na Educação para o Patrimônio. As universidades devem estar envolvidas nesta sensibilização e Educação de forma articulada com as outras estruturas educacionais. Por outro lado é imprescindível um trabalho de equipes multidisciplinares que baseiam a sua ação num conhecimento profundo de todos os elementos que constituem o Patrimônio, bem como o seu enquadramento histórico, cultural, social e urbano. As decisões devem ser predominantemente técnicas e incluir uma base científica que lhes permita garantir a maior compatibilidade e durabilidade das soluções. A comunicação do Patrimônio, definição e captação de públicos e um complemento forte de planeamento de ações culturais associada à definição de uma função compatível com o monumento serão condicionantes importantes para uma rentabilização do mesmo e para a sua manutenção sem encargos para fundos públicos.

- **Melhoria da qualidade de vida urbana** – A requalificação do espaço urbano apenas terá sucesso e longevidade se se fizer uma aposta forte complementar na Educação para a Cidadania, conhecer e tentar minimizar efeitos sociais negativos. A definição de regras claras com diferentes instrumentos de planeamento territorial e o seu cumprimento temporal, com avaliações intermédias de resultados é fundamental neste âmbito. É imprescindível regulamentar a ocupação do espaço público e melhorar a imagem urbana, nomeadamente através do enterramento de infraestruturas aéreas, estabelecer regras para publicidade e identificação dos estabelecimentos, não devendo em nenhum dos casos estes elementos funcionarem como ruído a edifícios antigos e áreas de Patrimônio. Outro aspeto de igual importância é a mobilidade urbana, sendo recomendável garantir linhas de transporte coletivo de qualidade com horários adequados.

- **Necessidade de parcerias multidisciplinares e internacionais** - As parcerias internacionais e multidisciplinares foram apresentadas por todos os intervenientes como uma forma de cooperação que permite potenciar recursos técnicos e humanos, que pode trazer grandes benefícios para a preservação do Patrimônio mas também para o estabelecimento de estratégias de requalificação urbana com apoio complementar de intervenção no terreno. O

apoio de redes de investigação deverá ser sempre encarado como uma mais valia de suporte, que permite obter resultados mais consistentes de longo prazo e inovadores. Foram apresentados vários exemplos internacionais de como a investigação (as universidades) prestam apoio, os objetivos que se pretendem atingir e alguns resultados, nomeadamente da Universidade de Aveiro, Portugal. Este apoio pode incluir a formação técnica e especializada, a produção de recursos, comunicação de boas práticas construtivas, sensibilização da comunidade para o Patrimônio, comunicação científica com aplicação prática. Dadas as redes internacionais a que as instituições universitárias estão normalmente ligadas, permite ainda ir buscar recursos especializados se necessário para as intervenções ou definição de estratégias.

- **Comunicação com a população** – A comunicação com a população é um tema sensível, mas igualmente muito importante, pois dele depende muito do sucesso das estratégias que se pretendam implementar de forma duradoura e que potencie novas oportunidades de usufruto do espaço urbano e de investimento. Foi reconhecido que é um dos tópicos a ser trabalhado e a envolver a observação de casos internacionais de sucesso. A comunicação com a população pode apresentar variadas formas consoante os objetivos que se pretendam atingir. As ações devem envolver a população, tendo no entanto em atenção a forma mais adequada para o fazer, segundo as características das mesmas. Se forem bem orientadas a comunicação com as populações permite contrariar os efeitos de “erosão cultural” e melhorar o sentido de pertença ao lugar. Foram apontadas algumas estratégias na primeira Parte do Fórum, sendo ainda de enfatizar que o envolvimento de Associações locais, de ONGs pode ser também um contributo positivo para se atingirem os objetivos de envolvimento e compromisso responsável. O desenvolvimento de ações de participação cívica são salutares, no entanto, deve-se ter presente que a intervenção em espaço urbano ou no Patrimônio é uma decisão que deve ser predominantemente técnica. Foram apontados vários casos de comunicação com a população quer em termos do estabelecimento de momentos de intervenção pública em Assembleias Municipais (caso Português) quer através da apresentação de opinião em fases prévias de implementação de Planos ou de revisão dos mesmos. O estabelecimento de regras dessa participação e a abertura para que esta se realize é um aspeto importante a ponderar.

Finalmente foram deixadas propostas de intervenção concretas que produzirão impactos positivos imediatos com a sua aplicação e que contam com o apoio da Universidade de Aveiro (Portugal), a Título de exemplo:

- enterramento de todas as redes de infraestruturas ,deixando de existir cabos aéreos que degradam a imagem da cidade e cujo ruído visual dificulta a contemplação dos edifícios e a promoção turística ;
- o tratamento da área envolvente dos monumentos, nomeadamente ao nível do espaço urbano e da qualificação do seu comércio entorno ,com especial atenção a intervenção da Catedral e todo seu entorno;
- Recuperação do Centro de Convivência, por ser um polo atrativo para a socialização urbana no centro;
- Requalificação da Av. Francisco Glicério por ser o Centro da cidade cuja intervenção poderia servir de modelo a intervenções para o resto da cidade, com características idênticas;
- Valorização dos edifícios do século XIX e início do século XX que contam um aparte importante da História de Campinas ,mesmo que não estejam atualmente tombados, através da requalificação dos espaços envolventes de passeios, seguido de um processo de desobstrução visual para a sua promoção
- A necessidade de se ampliar os projetos de políticas públicas trabalhando com todas as camadas sociais principalmente os mais carentes e drogados .

Campinas, 11 de Novembro de 2014

Os subscritores

Alice Tavares (Universidade de Aveiro, Portugal)

Aníbal Costa (Universidade de Aveiro, Portugal)

Maria Rita Silveira de Paula Amoroso (diretora de Patrimônio IAB –CAMPINAS)

Maria José Gomes Feitosa (UIA-USP)

Alan Cury (Presidente IAB-CAMPINAS)